

CONSIDERAÇÕES SOBRE TABACO E POBREZA NO BRASIL: CONSUMO E PRODUÇÃO DE TABACO

Tânia Cavalcante¹ e Márcia Pinto²

“Vamos criar as condições para que todas as pessoas do nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, sem precisar de doações de ninguém. O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade. Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém – é para salva vidas”. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, em 09 de abril de 2004)

1. INTRODUÇÃO

O cenário mundial mostra que embora o consumo de cigarros venha caindo na maioria dos países desenvolvidos, o seu consumo global aumentou em torno de 50% durante o período de 1975 a 1996, principalmente, por conta do aumento observado em países em desenvolvimento.

Ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, em muitos países em desenvolvimento o controle da comercialização do tabaco e a implementação e condução de políticas fortes para controle do tabagismo ainda é incipiente. Além disso, boa parte da disseminação do consumo resulta das novas realidades e tendências trazidas pela globalização da economia, como: a liberalização do comércio, a integração econômica e a dominação do mercado por grandes corporações transnacionais de tabaco, que inserem de forma rápida e global novas tecnologias de produção associadas à disseminação de estratégias de *marketing* visando estimular o consumo (World Bank, 1999).

Citações em vários documentos internos de grandes transnacionais de tabaco, confiscados nos EUA pela justiça, mostram o pensamento da indústria do tabaco em relação à dinâmica de mercado globalizado e ao potencial oferecido pelos países em desenvolvimento para a expansão do mercado de seus produtos³:

¹Médica, Sanitarista, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos, Chefe do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco, Instituto Nacional de Câncer, Ministério da Saúde; 2- Economista, Sanitarista, Programa Nacional de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco, Instituto Nacional de Câncer, Ministério da Saúde.

³ CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON HEALTH SMOKING, 2001. Trust us: We're the Tobacco Industry. London /Washington.

“O consumo de tabaco nas nações desenvolvidas seguirá uma tendência de redução até o final do século, ao passo que nos países em desenvolvimento o consumo poderia aumentar em cerca de 3% ao ano! Um quadro verdadeiramente promissor! Não haverá uma sociedade livre de tabaco, e sim um crescimento mantido para a indústria do tabaco” (Tobacco Reporter, 1989).

INGLÊS: “Tobacco use in the developed nations will trend down slightly through the end of the century, while in the developing countries use could rise by about three percent annually. A bright picture indeed! Not a smokefree society, but continued growth for the tobacco industry.” (Tobacco Reporter, 1989)

ESPAÑHOL: “El consumo de tabaco en las naciones desarrolladas seguirá una tendencia descendente hacia el final del siglo, mientras que en los países en desarrollo el consumo podría aumentar aproximadamente en un tres por ciento anual. ¡Un cuadro verdaderamente prometedor! No habrá una sociedad sin fumadores, sino un crecimiento sostenido para la industria tabacalera (Tobacco Reporter, 1989)

“Não deveríamos estar deprimidos somente porque o mercado total do mundo livre parece diminuir. Dentro do mercado total, existem áreas de sólido crescimento, particularmente na Ásia e na África; se abrem novos mercados às nossas exportações, tais como nos países da Indo-China e do Comecon; e existem grandes oportunidades de aumentar nossa participação no mercado de algumas regiões da Europa...Esta indústria é sistematicamente rentável. E existem oportunidades de aumentar ainda mais essa rentabilidade” (British American Tobacco (BAT), 1990)

INGLÊS: “We should not be depressed simply because the total free world market appears to be declining. Within the total market, there are areas of strong growth, particularly in Asia and Africa; there are new markets opening up for our exports, such as Indo-China and the Comecon countries; and there are great opportunities to increase our market share in areas like Europe... This industry is consistently profitable. And there are opportunities to increase that profitability still further.” ((British American Tobacco (BAT), 1990)

ESPAÑHOL: “No deberíamos sentirnos deprimidos simplemente porque el mercado total del mundo libre parece disminuir. Dentro del mercado total, hay áreas de sólido crecimiento, particularmente en Asia y África; se abren nuevos mercados a nuestras exportaciones, tales como en los países del área Indo-China y del Comecón; y hay grandes oportunidades de incrementar nuestra participación en el mercado en áreas como Europa.... Esta industria es sistemáticamente rentable. Y hay oportunidades de aumentar aún más esa rentabilidad.” (British American Tobacco (BAT), 1990)

Essas estratégias realmente têm funcionado. Atualmente, dos cerca de 1,1 bilhão de fumantes existentes no mundo, 80% vivem em países em desenvolvimento e dos 100.000 jovens que começam a fumar a cada dia, 80% são de países em desenvolvimento (World Bank, 1999).

Na maioria dos países existe uma correlação entre tabagismo, baixa renda e baixo nível de escolaridade. Na China, indivíduos com nenhuma escolaridade têm uma probabilidade cerca de 7 vezes maior de serem fumantes do que indivíduos que têm o terceiro grau. No Brasil, entre os grupos de indivíduos com baixo nível de escolaridade essa probabilidade é 5 vezes maior (World Bank, 2003).

Pesquisas mostram que 80% das pessoas que consomem tabaco apresentam algum grau de dependência química à nicotina (Cinciprin *et al.*, 1997), o que leva muitos chefes de famílias de baixa renda a usarem

para a compra de cigarros, parte dos recursos de sua já reduzida renda familiar, que poderia ser usada para a aquisição de alimentos, lazer ou mesmo para a preservação da sua saúde e de sua família.

Portanto, em detrimento do conhecimento científico acumulado sobre os graves riscos do consumo de tabaco, a dinâmica globalizada de expansão do seu consumo vem impondo uma carga econômica e social cada vez mais pesada sobre muitos países de média e baixa renda, muitos dos quais ainda lutam para controlar doenças transmissíveis, reduzir a desnutrição e as taxas de mortalidade infantil.

Em Bangladesh, por exemplo, foi estimado que se as pessoas pobres não fumassem, menos 10,5 milhões de pessoas seriam desnutridas. Já na China e na Índia, as evidências mostram a existência de uma forte correlação entre tabagismo e tuberculose (World Bank, 2003; European Commission, 2003; OECD & WHO, 2001).

Essa situação é agravada pelo fato de que em muitos países, incluindo o Brasil, o cigarro é muito mais acessível economicamente do que alimentos. Um estudo que comparou o custo de um maço de cigarros com o custo de 1 quilo de pão, usando o índice “minutos de trabalho necessários para comprar ambos os itens”, mostrou que no Brasil o custo de um quilo de pão chega a ser quase três vezes maior do que o custo de 1 maço de cigarros (Guidon *et al.*, 2002).

Dessa forma, embora a importância econômica da produção de tabaco continue sendo enaltecida pela indústria do tabaco como uma panacéia para gerar empregos e renda, sobretudo em países de baixa renda, nenhuma nação pode mais deixar de reconhecer que, pelo fato da saúde ser um tema central para o desenvolvimento sustentável, o controle do consumo do tabaco precisa estar cada vez mais integrado às suas agendas de desenvolvimento (OCDE & WHO, 2001).

O reconhecimento dessa necessidade tem levado o Governo Brasileiro a investir de forma crescente no Programa Nacional de Controle do Tabagismo, que é coordenado pelo Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Câncer (INCA), há cerca de 15 anos. Atualmente, diversas medidas intersetoriais vêm sendo adotadas no País, dentre elas, podemos destacar: leis que proíbem a propaganda dos produtos de tabaco em televisão, revistas, jornais e outdoors; leis que proíbem fumar em ambientes públicos fechados; leis que regulam os produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos e emissões; leis que regulam as atividades de promoção e as atividades de venda dos mesmos; implementação de ações educativas em escolas, ambientes de trabalho e unidades de saúde e de ações para aumentar o acesso da população ao tratamento da dependência da nicotina no sistema de saúde pública nacional (Sistema Único de Saúde – SUS); e adoção de

medidas e estratégias para controlar o mercado ilegal de cigarros que tem aumentado no Brasil, desde o início da década passada.

Essas ações têm trazido significativos resultados em termos de redução do consumo de tabaco. O consumo *per capita* de cigarros no Brasil tem registrado nas duas últimas décadas um importante declínio: entre 1989 e 2002, houve uma queda de cerca de 32 %, mesmo com o crescimento do mercado informal de cigarros (contrabandeados e falsificados)⁴ que, atualmente, atinge entre 35-40% do mercado nacional (Cavalcante *et al.*, 2003).

Agregue-se às evidências verificadas através da análise de consumo *per capita* de cigarros, pesquisa realizada pelo INCA no município do Rio de Janeiro, em 2001, que apurou o perfil dos fumantes. Através da comparação dos resultados desta pesquisa e da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989, a prevalência de fumantes caiu de 30% em 1989 para 21% em 2001 (Figueiredo, 2002). Porém, os resultados das duas pesquisas mencionadas mostraram que a concentração do tabagismo foi maior na população de baixa renda e de menor escolaridade.

Portanto, tais dados sugerem que fatores sociais e estratégias para expansão de mercado e que contribuem para um maior consumo de tabaco pelas populações de baixa renda também estão presentes no Brasil. Dentre os fatores sociais destacam-se o menor acesso à informação, à educação e à assistência à saúde nas classes sociais menos favorecidas. Esses fatores são potencializados por estratégias de mercado que estimulam o consumo ao mesmo tempo em que facilitam o acesso das populações de baixa renda e escolaridade aos produtos de tabaco, sobretudo aos cigarros. Dentre essas destacam-se as estratégias de distribuição dos produtos que permitem uma grande capilaridade da rede de pontos de venda, os baixos preços dos cigarros no mercado legal e no mercado ilegal - que também oferece um acesso bastante capilar – e, principalmente, as atividades de propaganda e promoção que, através da mídia, alcançam uma intensa penetração nas populações de baixa renda e escolaridade.

Vale ressaltar que a liderança do Brasil no controle do tabagismo se contrapõe à posição do país no mercado mundial de fumo em folha, uma vez que é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de fumo em folha, o que traz para o governo brasileiro uma responsabilidade a mais com as questões sociais decorrentes da histórica inserção econômica da produção de tabaco no País.

⁴ Em 1992, os dados do mercado ilegal começaram a ser computados, pois foi o ano em que esta atividade de comércio ilícito iniciou sua escalada de crescimento no Brasil.

Esse cenário coloca o Brasil no grupo de países que, se por um lado não pode mais ignorar o controle do tabagismo como uma prioridade de saúde pública, social e econômica para atingir o desenvolvimento sustentável, por outro, necessita buscar caminhos para reverter sua dependência econômica do tabaco em função de sua posição no ranking mundial de produção e exportação de fumo em folha.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é explorar alguns aspectos da relação entre tabaco e pobreza no Brasil, através de uma análise dessa associação sob dois ângulos: o consumo de derivados do tabaco pelo trabalhador brasileiro, e a realidade da produção agrícola a partir do elo mais vulnerável da cadeia produtiva, a fumicultura.

Na perspectiva do consumo, essa relação vincula-se à renda que os trabalhadores dependentes de tabaco disponibilizam para a aquisição dos produtos derivados do tabaco. Na perspectiva da produção agrícola de tabaco, essa relação ocorre no âmbito dos problemas de saúde e da perda de qualidade de vida impostos aos fumicultores pelas regras de produção estabelecidas pela indústria do tabaco a fim de garantir resultados, tanto em quantidade, quanto em qualidade.

2. CONSUMO DE TABACO: QUEM GANHA?

Como em muitos países, o tabagismo impõe um ônus maior à população de baixa renda e de menor escolaridade, na qual o consumo de cigarros se concentra. Em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) já mostrava que a prevalência de fumantes era maior nos grupos de menor renda (Brasil, Ministério da Saúde/INCA, 1998).

Em 2001, um inquérito realizado pelo INCA no município do Rio de Janeiro, mostrou que embora a prevalência de fumantes tenha diminuído, quando comparada com a prevalência observada na PNSN de 1989, a proporção de fumantes entre pessoas de baixa renda e de escolaridade manteve-se maior do que entre os grupos de maior renda e escolaridade. Entre os analfabetos e entre as pessoas com grau de escolaridade de 1 a 4 anos, a prevalência foi de 26% para ambos os grupos de escolaridade, quase 50% maior do que a prevalência observada nos grupos que apresentavam de 9 a 11 anos de estudo e com mais de 12 anos de estudo, que registrou 17% para cada um dos grupos. A mesma tendência foi observada nos grupos classificados pela faixa de renda: a prevalência de tabagismo entre as pessoas com renda igual ou menor a 2 salários mínimos foi 23,5%, ao passo que entre os que recebiam acima de 20 salários a prevalência de fumantes foi 16,5% (Figueredo et al, 2002).

Esse aspecto pode ser complementado através de uma análise comparativa entre a proporção da renda que os diferentes grupos, classificados por renda familiar, destinam ao consumo de derivados do tabaco, e através de uma análise comparativa entre o consumo de tabaco e o consumo de itens essenciais e de itens básicos da alimentação, para cada um dos grupos de renda. Os itens essenciais escolhidos para a análise foram higiene e cuidados pessoais, remédios, educação e transporte. Na análise dos itens básicos da alimentação, foram incluídos os seguintes produtos: arroz, feijão, macarrão, legumes e verduras, frutas, carne bovina de primeira e de segunda, frango, ovo de galinha, leite e derivados, biscoito e café.

Os dados utilizados na análise comparativa foram obtidos através da Pesquisa de Orçamentos Familiares⁵ (POF) de 1996/1997, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outubro de 1995 e setembro de 1996. Também foi utilizada a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996/97, realizada apenas nas regiões Nordeste e Sudeste citada em estudo conduzido por Barros *et al* (2001).

As famílias foram agregadas em 10 categorias de acordo com o valor de suas rendas em número de Salários Mínimos (SM), conforme pode ser observado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Grupos de Renda e Respectivas Faixas Salariais em SM

Grupos de renda	Faixa Salarial em SM
A	ganho até 2 SM
B	ganho entre 2 e 3 SM
C	ganho entre 3 e 5 SM
D	ganho entre 5 e 6 SM
E	ganho entre 6 e 8 SM
F	ganho entre 8 e 10 SM
G	ganho entre 10 e 15 SM
H	ganho entre 15 e 20 SM
I	ganho entre 20 e 30 SM
J	ganha acima de 30 SM

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

⁵ A abrangência geográfica da POF compreendeu os domicílios particulares permanentes, localizados no perímetro urbano, das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e o município de Goiânia.

Ao se comparar a proporção da renda familiar despendida com derivados do tabaco entre os 10 grupos categorizados pela renda familiar, observa-se que a fatia de renda familiar gasta com tabaco chega a ser quase 8 vezes maior nas famílias com rendimento menor ou igual a 2 salários mínimos (2,95%), do que à gasta pelas famílias com renda acima de 30 salários mínimos (0,38%) (Tabela 1).

Tabela 1: Percentual do gasto médio mensal familiar com fumo

Grupos de Renda	% da renda gasto com derivados do tabaco
A	2,95%
B	2,54%
C	2,17%
D	1,83%
E	1,78%
F	1,82%
G	1,24%
H	1,19%
I	0,70%
J	0,38%

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

Em relação aos gastos com itens essenciais e fumo, a POF permite verificar que as famílias dos grupos A, B e C gastam mais com a compra de derivados do tabaco do que com produtos de higiene e de cuidados pessoais e com educação (Tabela 2). Estes dados corroboram as evidências existentes na literatura internacional, que através de modelos econométricos analisam o impacto de preços e de rendas sobre diferentes tipos de demanda, como a composta por fumantes mais esclarecidos e de maior renda que têm preferências fixas e a demanda composta por adolescentes e pessoas com baixos níveis de educação formal e de renda (Chaloupka, 1991; Becker *et al.*, 1994).

De acordo com esses estudos, o segundo tipo de demanda é denominado de demanda míope pois é composta de pessoas ingênuas (crianças e adolescentes, população com baixa escolaridade e baixo nível salarial) que possuem poucas informações acerca dos efeitos do consumo de derivados do tabaco no longo prazo. Em razão o disso, as políticas de saúde deveriam estar voltadas prioritariamente para a redução do tabagismo nesses grupos, que têm sido o principal alvo das estratégias de mercado da indústria do tabaco.

Tabela 2: Porcentagem da renda gasta com fumo e com itens essenciais

Grupo	Tabaco	Higiene e cuidados pessoais	Remédios	Educação	Transporte
A	2,95%	2,05%	4,86%	1,39%	9,18%
B	2,54%	1,74%	3,56%	1,43%	9,20%
C	2,17%	2,02%	3,49%	1,75%	10,78%
D	1,83%	2,19%	3,18%	1,87%	10,53%
E	1,78%	1,96%	2,76%	2,09%	10,69%
F	1,82%	1,77%	2,59%	2,21%	10,15%
G	1,24%	1,60%	2,22%	3,03%	10,63%
H	1,19%	1,33%	1,94%	3,96%	11,28%
I	0,70%	1,46%	1,79%	4,47%	10,31%
J	0,38%	0,86%	1,01%	3,98%	9,12%

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

Em relação aos gastos com alimentação, a comparação foi realizada entre o consumo de produtos derivados do fumo e itens de necessidade básica para a alimentação de uma família (Tabela 3).

Tabela 3: Porcentagem dos gastos com fumo e com itens básicos de alimentação

Itens	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E	Grupo F	Grupo G	Grupo H	Grupo I	Grupo J
Fumo (tabaco)	2,95%	2,54%	2,17%	1,83%	1,78%	1,82%	1,24%	1,19%	0,70%	0,38%
Arroz	4,27%	3,90%	4,17%	4,88%	2,93%	2,79%	2,19%	1,53%	1,56%	1,13%
Feijão	3,10%	2,72%	2,48%	2,71%	1,79%	1,47%	1,16%	0,71%	0,90%	0,68%
Macarrão	1,19%	1,36%	1,26 %	0,99%	0,94%	0,90%	0,85%	0,58%	0,66%	0,58%
Legumes e Verduras	2,73%	2,84%	2,87%	2,58%	2,66%	2,52%	2,44%	2,26%	1,97%	2,09%
Frutas	3,47%	4,02%	4,21%	4,14%	4,41%	4,28%	4,76%	4,26%	4,30%	4,47%
Carne bovina (de 1ª)	3,40%	4,68%	4,80%	5,28%	5,92%	5,79%	6,00%	6,10%	6,33%	4,82%
Carne bovina (de 2ª)	4,33%	4,37%	4,44%	3,79%	3,29%	3,36%	3,14%	2,40%	1,55%	0,87%
Frango	6,76%	5,30%	5,06%	4,81%	4,57%	4,28%	3,49%	3,20%	2,99%	2,32%

Ovo de galinha	1,78%	1,45%	1,35%	1,20%	1,20%	0,83%	0,92%	0,68%	0,79%	0,53%
Leite e derivados	11,46%	11,90%	12,33%	11,62%	10,92%	11,47%	10,83%	9,87%	10,59%	9,43%
Biscoito	2,59%	2,14%	2,10%	1,83%	2,01%	2,14%	1,72%	1,36%	1,56%	1,42%
Café	2,90%	2,23%	2,38%	2,29%	1,87%	1,66%	1,52%	1,02%	1,16%	0,98%

Fonte: POF 1995-1996 - IBGE – Elaboração das autoras

A Tabela 3 evidencia o quanto o tabaco compete com alimentos dentro do orçamento de uma família, principalmente, nas de baixa renda. Para os grupos A, B e C observa-se que proporção da renda gasta com feijão, um dos produtos alimentícios mais consumidos no Brasil e um dos principais itens da Cesta Básica Nacional, é quase igual à renda gasta com fumo. O mesmo pode ser observado com o consumo de legumes e verduras para os grupos A e B, sendo que no grupo de renda igual ou menor que 2 SM, a proporção da renda gasta com tabaco ultrapassa a proporção gasta com legumes e verduras; também chega a ser maior do que a renda gasta com consumo de ovo de galinha, um dos alimentos protéicos mais baratos, nos grupos de A à G.

A PVV de 1996/1997 estimou padrão de consumo das famílias com renda mensal domiciliar *per capita* média de R\$ 480,00. O gasto *per capita* com tabaco alcançou R\$ 17,50, valor maior que o gasto *per capita* com educação (R\$ 7,20) e muito próximo aos gastos com assistência à saúde (R\$ 22,70). Ainda com base nas informações da PVV, se a análise for realizada em termos relativos, as estimativas apontam que a despesa *per capita* média com tabaco, nas regiões Nordeste e Sudeste, registrou 3,64% da renda domiciliar *per capita* média, ao passo que essa mesma estimativa para saúde e educação alcançou 3,9% e 1,2%, respectivamente.

Esse cenário mostra que, se as pessoas não fumassem, a proporção da renda gasta com tabaco poderia ser distribuída para aquisição de mais alimentos, para a educação e outros itens do orçamento familiar essenciais para a qualidade de vida do trabalhador brasileiro e de sua família.

Uma revisão sobre as causas da fome e pobreza no Brasil mostra que para diversos autores a principal causa para a insegurança alimentar é a dificuldade de acesso aos produtos alimentícios, principalmente, em razão da falta de poder aquisitivo de uma grande parcela da população para adquirir a quantidade mínima de alimentos necessária para a sua sobrevivência. Os autores também mostram que outros fatores contribuem para a insegurança alimentar, dentre os quais: a falta de acesso aos bens de produção na área rural, especialmente, a terra, a falta de acesso aos serviços públicos de água, esgoto e educação e saúde e a dificuldade de acesso à informação, especialmente, devido ao analfabetismo (Brasil/Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2003).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a dependência de tabaco também se configura claramente como importante co-fator da insegurança alimentar, ao competir com os alimentos da Cesta Básica pela fatia da renda familiar de muitos trabalhadores de baixa renda e baixa escolaridade.

Levando em consideração um trabalhador fumante que vive em Fortaleza⁶ com um salário mínimo⁷ e fuma um maço de cigarros por dia, ao preço de R\$ 1,00, ele estará gastando com a sua dependência de tabaco o equivalente a aproximadamente 22% do valor total da Cesta Básica Nacional⁸ e a aproximadamente 12,5% do seu rendimento mensal.

Também é importante destacar que deve ser considerada nesse contexto não só a dificuldade de acesso à informação, mas o grande volume de informações enganosas sobre determinados produtos que são impostas a toda a sociedade, mas com um apelo maior para população de menor escolaridade e renda, como é feito nas propagandas de cigarros. Esse aspecto também deve ser encarado como determinante social da expansão do consumo de tabaco nas populações de baixa renda e, por essa via, também determinante da insegurança alimentar.

3. PRODUÇÃO DE TABACO : QUEM GANHA?

“Fumo: Riqueza ou Pobreza? O fumo alimenta o quê?” Este foi o tema do 13º Seminário de Culturas Alternativas à Cultura do Fumo realizado em julho de 2003, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul (RS), maior estado produtor de fumo em folha do Brasil. Trata-se de uma das várias iniciativas da sociedade local que traduz o clima de insatisfação que reina entre os fumicultores, no que se refere a sua qualidade de vida, aos riscos para a saúde e para o meio ambiente a que são submetidos, e, sobretudo, à situação de extrema dependência e sujeição econômica frente às regras que lhes são impostas pela indústria do tabaco para inseri-los na cadeia produtiva do fumo.

⁶ Segundo informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em janeiro de 2004, o valor mais baixo da Cesta Básica Nacional alcançou R\$ 135,00 em Fortaleza e o mais elevado foi de R\$ 172,00 em Porto Alegre (DIEESE, 2004).

⁷ Em janeiro de 2004 o salário mínimo era de R\$ 240 (cerca de US\$ 80)

⁸ A Cesta Básica Nacional foi regulamentada pelo Decreto Lei no. 399 em abril de 1938. Através de estudos foi definida uma cesta que é composta por uma lista de alimentos com suas respectivas quantidades consideradas suficientes para o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. Compõem a Cesta Básica treze tipos de alimentos: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo, manteiga (DIEESE, 2004).

Nesse tópico pretende-se mostrar de forma sucinta, parte da dinâmica da inserção da fumicultura na cadeia produtiva do fumo, assim como aspectos sociais, econômicos e sanitários dessa que talvez seja a mais importante etapa da cadeia produtiva - a fumicultura - da qual depende todo o sucesso da produção nacional.

3.1 Cenário da Produção do Tabaco no Brasil

A indústria do fumo se organiza mundialmente sob a forma de oligopólio (estrutura de mercado com pequeno número de grandes empresas que dominam o mercado internacionalmente) e as atividades de produção e comercialização de tabaco e seus derivados se estendem por mais de 50 países.

São essas poucas e grandes empresas transnacionais que organizam todo o complexo agro-industrial de tabaco que é composto basicamente pela produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados.

Para aumentar e melhorar a produção visando atender aos mercados em outros países e obter custos de produção cada vez menores, a indústria do tabaco tem encorajado países e agricultores a cultivarem tabaco, sobretudo em países em desenvolvimento

Através dessa estratégia, a produção de tabaco no mundo cresceu 59% entre 1975 e 1997. A maior parte desse aumento aconteceu em países em desenvolvimento, cuja produção aumentou em cerca de 128% entre 1975 e 1998, ao passo que a produção em países desenvolvidos caiu 31%. Entre 1975 e 1997, a produção de tabaco nos Estados Unidos caiu 18% e, em países como Brasil, China, Malawi, Vietnã e Zimbábue, o contrário ocorreu. Em 2000, quatro países responderam pela metade da produção global de tabaco: China (34%), Índia (10%), Brasil (8%) e Estados Unidos (7%). Vale salientar que, até 1997, os Estados Unidos eram o segundo maior produtor mundial (*Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001).

Atualmente, os principais produtores de tabaco no mundo são a China, o Brasil, a Índia, os EUA, o Zimbábue e a Indonésia por ordem de magnitude da produção. Somente esses países são responsáveis por aproximadamente 70% da produção mundial de tabaco (DESER, 2003a). No entanto, as principais empresas da indústria são transnacionais, o que faz com que os lucros auferidos nos países onde se localizam suas subsidiárias sejam enviados às suas matrizes, localizadas em países desenvolvidos, como é o caso da Souza Cruz que remete seu lucro para o Reino Unido e a Philip Morris para os EUA (*Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001).

Atualmente, no Brasil, existe um grande clima de euforia por parte de alguns segmentos ligados à cadeia produtiva do tabaco, porque o Brasil está ocupando um lugar de destaque no mercado mundial de folhas de fumo: é o segundo maior produtor e o maior exportador desta *commodity* (DESER, 2003a; FAO, 2003).

A posição alcançada pelo Brasil no mercado mundial de folhas de fumo se deve a diferentes fatores como: os reduzidos custos internos de sua produção, devido ao emprego de fumicultores e suas famílias na produção resultando em menores gastos com salários, a não mecanização da lavoura que fornece uma melhor qualidade ao produto, pois recebe maiores cuidados manuais que o fumo produzido no processo mecanizado (Ministério da Saúde, 2000). No âmbito das oportunidades para o fumo brasileiro no mercado internacional, fatores conjunturais, tais como a redução dos estoques mundiais e da produção do fumo no Zimbábue e nos EUA, têm ajudado a manutenção do Brasil na posição de maior exportador mundial (DESER, 2003a).

A região Sul concentra a maior produção de fumo nacional: na safra de 2001/02, a região produziu 633 mil toneladas de fumo, representando 96,4% do total da produção brasileira. Todos os estados do Sul são produtores, destacando-se o RS, responsável por 51,7% do total produzido no Brasil naquela safra. Santa Catarina (SC) ocupa o segundo lugar na produção brasileira e respondeu com 34% do total produzido e, finalmente, o Paraná (PR) que respondeu com 11% do total produzido. Os demais estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Sergipe, localizados na região Nordeste e outros) produziram 24 mil toneladas, o equivalente a 3,6% do total produzido no Brasil (DESER, 2003b).

Embora a indústria do tabaco, como de praxe, apresente a produção de tabaco como uma atividade setorial que gera riqueza, desenvolvimento e emprego para o Brasil, não se pode dizer que os benefícios sociais dessa inserção se traduzam em melhor qualidade de vida e saúde para os indivíduos envolvidos na produção agrícola - o elo mais vulnerável da cadeia produtiva.

3.1.1 Características sociais e econômicas da fumiicultura no Brasil

A relação entre fumicultores e a indústria do tabaco

Historicamente, a partir dos anos 70 no RS, que é o maior estado produtor do país, a região do Vale do Rio Pardo foi berço de um amplo processo de instalação das grandes empresas multinacionais, que se fortaleceu em razão da fumiicultura ser familiar (mão-de-obra barata) e devido ao bloqueio comercial ao atual Zimbábue (ex-Rodésia), o maior exportador de fumo para a Europa. Nessa região, o complexo agro-industrial

promoveu o desenvolvimento de infra-estrutura física e institucional que definiu o modelo de desenvolvimento regional.

Atualmente, a fumicultura é integrada ao complexo agro-industrial do fumo, composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus produtos derivados. Essas empresas se articulam com os fumicultores, em todas as fases da produção agrícola e na sua organização financeira. (DESER, 2003a). O vínculo entre produtor e capital é estabelecido pelo Sistema Integrado de Produção do Fumo (SIPF).

Essa integração se dá através de contratos pelos quais as empresas se comprometem a fornecer assistência técnica gratuita aos produtores integrados, a repassar somente insumos certificados e aprovados para uso na cultura, a avaliar os financiamentos de insumos e investimentos, a custear o transporte da produção, desde a propriedade dos agricultores até as empresas, e a comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. Cabe aos produtores produzir os volumes de fumo contratados, utilizar somente insumos recomendados para a cultura e comercializar a totalidade de sua produção contratada aos preços negociados (DESER, 2003a).

Nesse contexto, os fumicultores são obrigados a usar tecnologia, sementes, fertilizantes e pesticidas fornecidos pelos técnicos da companhia de tabaco e a assumirem os custos dos insumos e infra-estrutura exigidos (a construção de fornos de tijolos para a cura e os custos do reflorestamento para a reposição da madeira, como a lenha utilizada nos fornos). No RS, por exemplo, na cidade de Santa Cruz do Sul, não existem fornecedores de sementes de tabaco ou de suprimentos relativos a esse tipo de cultivo. Todo o material é fornecido pela companhia de tabaco contratante (Erdmann & Pinheiro, 1998).

Ainda conforme estes autores, a atual estratégia organizacional tem permitido que a indústria do tabaco se mantenha conectada com a produção agrícola e exerça um absoluto controle sobre o processo de produção de tabaco e as atividades dos fumicultores. Ao mesmo tempo, tem evitado todas as responsabilidades de uma relação formal empregador-empregado.

Estudo conduzido por Vogt (1994) mostrou que, enquanto os vínculos de subordinação entre produtores e capital mercantil não eram estabelecidos pelo SIPF, a fumicultura utilizava adubos orgânicos e a quantidade de tabaco produzida era definida pelos próprios fumicultores. Na medida que as grandes transnacionais começaram a se instalar no País, a autonomia findou-se e a produção passou a utilizar defensivos e fertilizantes químicos, estufas de fumo e assistência técnica.

O trabalho envolvido na fumicultura

Como já mencionado, a mão de obra envolvida na cultura do fumo é predominantemente familiar. Em média, trabalham na lavoura do fumo cerca de 3,4 integrantes de cada família, o que equívale a cerca de 520 mil pessoas atuando nessa atividade, principalmente nos períodos do plantio, colheita, classificação e cura do fumo (DESER, 2003a).

O cultivo ocorre em cerca de 140 mil minifúndios, sendo que 86% da plantação são realizados em áreas de 25 hectares ou menos. Apenas 1,8% possuem mais de 50 hectares (DESER, 2003a; ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2001).

Grande parte das regiões produtoras constitui-se de topografia acidentada onde a utilização da mecanização é quase impraticável, tornando o trabalho na lavoura intensivo e extenuante. O fumo é semeado em maio, transplantado em agosto e setembro e colhido no período de dezembro a fevereiro. Depois de semeadas, as mudas levam cerca de 60 dias para atingir o tamanho ideal para plantio, fase em que o controle das pragas é intensivo. Quando atingem o tamanho ideal, as mudas são transplantadas para a lavoura, já com a área adubada. A colheita é iniciada cerca de 60 dias após o transplante para a lavoura. Nesse período, o fumicultor monitora o crescimento e realiza o controle integrado de pragas e doenças. Após a colheita, as folhas ou as plantas são amarradas em varas e levadas para secar nas estufas (fumo do tipo Virgínia) ou nos galpões (fumo dos tipos Burley e Comum). Após o processo de cura, as folhas são agrupadas em maços com um número determinado de folhas agrupado conforme a classificação. O fumo é armazenado em paióis, onde aguarda a comercialização (DESER, 2003a).

Os rendimentos provenientes da produção agrícola. Quem ganha?

As companhias de tabaco e a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) divulgam amplamente que produzir tabaco gera um rendimento elevado para os fumicultores e que nenhuma outra atividade agrícola produz a mesma rentabilidade que o tabaco. Segundo esses atores, o fumo garante para o fumicultor uma renda superior a US\$ 4,5 mil/ano, bem superior a outras atividades agrícolas que atingem apenas cerca de US\$1,1 mil (DESER, 2003a).

No entanto, análises mais cuidadosas realizadas através de pesquisas locais mostram que, na Região do Vale do Rio Pardo, no RS, que responde por 25% da produção do fumo do Sul do Brasil e onde 50% da sua

população vivem no meio rural dedicando-se principalmente à produção de tabaco, a renda média dessas famílias registrada foi menor que US\$3.000/ ano nas safras de 99/2000 e 2000/2001. Descontados os gastos com os insumos utilizados na produção, a renda líquida apontou um resultado menor que US\$ 850 por família ao ano, o que equivale a uma renda mensal de US\$24,00 por trabalhador, ou seja, um terço do salário mínimo nacional (Etges *et al.*, 2002).

Corroborando com esse achado, o resultado da análise do Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDESE) de 2000, conduzida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS, ao apurar que a região do Vale do Rio Pardo ocupa o 21º lugar, ou seja, o penúltimo lugar nas regiões selecionadas para análise (FEE, 2004). Ainda, se forem observados os resultados por município, Dom Feliciano e Lagoão, por exemplo, próximos a Santa Cruz do Sul e cuja atividade principal é a fumicultura, verifica-se que ocupam no ranking estadual do IDESE, a 451ª e a 454ª posições, respectivamente, em um total de 467 municípios.

Se por um lado fumicultura não parece contribuir para o desenvolvimento social, para as companhias de tabaco que operam no mercado de fumo, essa atividade continua sendo excelente sob o ponto de vista financeiro, uma vez que os lucros auferidos pelas transnacionais continuam crescendo por anos sucessivos. Somente a Souza Cruz (subsidiária da British American Tobacco) que ocupa uma fatia de 76,2% no mercado brasileiro de cigarros e atua no mercado exportador de folha de fumo, alcançou um lucro líquido, em 2002, de R\$ 960,8 milhões, valor 51,5% superior ao obtido em 2001. De acordo com a própria companhia, a busca constante de racionalização dos custos, a queda nos preços pagos aos seus fornecedores e o bom volume obtido com as exportações permitiram a concretização desses resultados. Para o bom desempenho das exportações contribuíram a excelente relação cambial entre as moedas brasileira e americana DESER (2003 b).

Enquanto as empresas estão ganhando com o negócio “fumo” no Brasil, muitos agricultores perdem sua safra e outros que conseguem comercializá-la não auferem taxas de lucro elevadas. No entanto, uma empresa como a Souza Cruz consegue acumular praticamente R\$ 2 bilhões em apenas 2 anos DESER (2003b).

Para manter a competitividade na exportação do produto, a indústria do tabaco procura vender o fumo a preços reduzidos. Dessa forma, o preço em dólar vem recuando: em 2002/03, este preço foi de cerca de US\$1,20/kg contra mais de US\$1,70/kg há dez anos atrás (DESER, 2003b). Esta estratégia da indústria tem causado insatisfação entre os fumicultores, pois as empresas pagam aos produtores em reais e vendem no mercado internacional em dólar, se beneficiando assim da desvalorização cambial da moeda brasileira.

Do lado do fumicultor, apesar de o preço médio do fumo ter apresentado um aumento de 40% entre as safras 2001/02 e 2002/03, a receita média recebida por produtor teve um incremento de apenas 17% no mesmo período, passando de R\$12 mil para R\$14 mil (Bolchi & Oliveira, 2004). Embora o preço médio do fumo tenha se elevado em 16,3% na safra 2001/02, em relação à safra anterior, ou seja, aumentou de R\$ 2,45 para R\$2,85 (menos de US\$ 1), o custo de produção registrou um aumento de 26% da safra 2001/02 para a de 2002/03 e de 53,3% na safra 2003/04 (DESER 2003a; (Bolchi & Oliveira, 2004).

Atualmente, verifica-se um grande conflito entre os fumicultores e as companhias de beneficiamento de tabaco, no que tange aos rendimentos dos fumicultores, à intermediação da indústria na obtenção de créditos para a produção, assim na definição da representatividade dos fumicultores nos fóruns que negociam os preços de cada safra (Correio do Povo, 19/02/2004).

No que se refere à representatividade dos fumicultores na Comissão responsável pela negociação do preço da folha de tabaco, há uma grande insatisfação devido ao fato de não fazerem parte da mesma as representações de agricultores familiares e dos pequenos agricultores, embora a maioria dos fumicultores seja de agricultores familiares e a maior parte das áreas plantadas serem minifúndios. Dessa forma, não tem sido permitida a participação dessas entidades na Comissão e, conseqüentemente, nas reuniões para negociação e definição dos acordos oficiais das safras de fumo (DESER, 2003).

Outro importante aspecto a ser mencionado nesse ponto de conflito refere-se ao fato da AFUBRA, que realiza o papel de mediadora de grande parte dos relacionamentos entre os produtores de fumo e as companhias de tabaco, fazer parte de uma organização internacional denominada *International Tobacco Growers Association* (ITGA), criada no fim da década de 80 pelas principais empresas transnacionais de tabaco.

Dentre os documentos internos de companhias de tabaco que estão depositados na justiça nos EUA, encontra-se um memorando da *British American Tobacco* (BAT) sobre a ITGA que esclarece essa relação⁹:

“As empresas fabricantes regerão, via INFOTAB, o financiamento básico da organização (ITGA) e assim garantiremos que se dediquem a fazer política... A ITGA pode ser o ‘parapeito’ para nossas atividades de alianças com os representantes do Terceiro Mundo na OMS e para conseguir apoio de nações hostis as

⁹ CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON HEALTH SMOKING, 2001. Trust us: we’re the tobacco industry. London/Washington

corporações multinacionais. A ITGA com o nosso impulso poderá ativar ações de alianças agrícolas regionais que hoje são muito débeis e reticentes às pressões da indústria” (BAT, 1991)

INGLÊS: “Manufacturers, through INFOTAB, would ‘control’ the primary funding of the organization, and would thus be able to ensure that it stuck to politics. The ITGA would have the clout to combat idiotic crop substitution programs. The ITGA could ‘front’ for our third world lobby activities at WHO, and gain support from nations hostile to MNCs. The ITGA (pushed by us) could activate regional agriculture lobbies which are at present very weak and resistant to industry pressure.” (BAT, 1988)

ESPAÑHOL: “Los fabricantes, a través de INFOTAB, ‘controlarían’ la financiación primaria de la organización, y de ese modo podrían garantizar que no se desvíe de su línea política. La ITGA tendría la influencia necesaria para combatir los tontos programas de sustitución de cultivos. La ITGA podría actuar como ‘pantalla’ para nuestras actividades de cabildeo del tercer mundo ante la OMS, y ganar el apoyo de las naciones hostiles a las grandes empresas multinacionales. La ITGA (impulsada por nosotros) podría activar los grupos de presión de agricultura regional que actualmente están muy débiles y se resisten a la presión de la industria.” (BAT, 1988)

“O apoio dos fumicultores será inestimável para a nossa batalha continua contra os críticos da indústria. De fato, nós os temos utilizado para nos ajudar nas informações aos delegados da Assembléia Mundial da Saúde e da FAO. A única esperança para que operem eficazmente é a ajuda financeira” (BAT, 1988)

INGLÊS: “...support of the Growers will be invaluable in our continued battle with critics of the Industry. Indeed, we have already used them to help us brief both delegates to the WHA [World Health Assembly] and to the FAO. The only hope of them being able to operate effectively is with funding help.” (BAT, 1988)

ESPAÑHOL: “...el apoyo de los cultivadores será inestimable para nuestra batalla continua con los críticos de la industria. De hecho, ya los hemos usado para ayudarnos a informar a los delegados de la WHA [Asamblea Mundial de la Salud] y de la FAO. La única esperanza de que puedan operar eficazmente es la ayuda financiera.” (BAT, 1988)

“A principal função da ITGA (International Tobacco Growers Association – Associação Internacional de Fumicultores) é controlar a voz internacional dos cultivadores de tabaco a favor de seus clientes, garantindo que a mesma seja aproveitada ao máximo como veículo de atividades de interesses específicos. A consultoria proporcionará a coordenação, facilitação e motivação necessárias para alcançar o pleno potencial dos interesses dos fumicultores” (BAT, 1991).

INGLÊS: “The principal role of the new consultancy will be to control the international voice of agro-tobacco on behalf of its clients, ensuring that best use is made of the ITGA as a vehicle for targeted lobby activities. In particular, the consultancy will provide the coordination, facilitation, and motivation necessary to realise the full potential of the tobacco growers’ lobby...” (BAT, 1991)

ESPAÑHOL: “La función principal de la nueva consultoría será la de controlar la voz internacional de los cultivadores de tabaco a favor de sus clientes, garantizando que la ITGA sea aprovechada al máximo como vehículo de actividades de cabildeo específicas. En particular, la consultoría proporcionará la coordinación, facilitación y motivación necesarias para realizar el pleno potencial de cabildeo de los cultivadores de tabaco...” (BAT, 1991).

Esses documentos sugerem que, embora a Afubra seja apresentada como uma entidade representativa dos interesses dos fumicultores, sua atuação é dirigida pelos interesses da Souza Cruz e por outras transacionais.

3.2 As diferentes tensões reinantes na fumicultura

Na região Sul, duas tensões referentes à questão da fumicultura coexistem: de um lado há uma corrente liderada pelas companhias de tabaco buscando expandir e promover a produção e, de maneira oposta, verifica-se uma crescente consciência por parte dos fumicultores sobre os riscos inerentes à produção de tabaco para sua saúde, de sua família e para o meio ambiente. Essa conscientização tem gerado um crescente desejo de mudar, que no entanto, está associado à impotência de encontrar uma atividade tão segura quanto à produção de tabaco, do ponto de vista de garantias técnicas e de comercialização.

Pesquisas realizadas entre os fumicultores na maior região produtora de fumo do país – localizada no entorno de Santa Cruz do Sul (RS) - mostram que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de plantar fumo, mas sentem falta de um apoio mais concreto para que esse desejo se realize (Etges *et al.*, 2002).

Assim, ao longo dos anos, o surgimento de iniciativas locais para buscar alternativas à fumicultura reforça o argumento de que a produção de fumo não satisfaz a expectativa das pessoas na busca de qualidade de vida.

Dentre as experiências positivas da região, destaca-se o Projeto Esperança/Coesperança, empreendido com o apoio da Igreja Católica, desde 1986. Este Projeto é uma iniciativa da Diocese do município de Santa Maria, localizado no RS, tendo como uma de suas características principais a atuação de líderes locais da região de Santa Maria, na mobilização dos atores envolvidos em sua proposta. Tal proposta baseia-se no desenvolvimento de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) e na filosofia calcada na Economia Popular Solidária (EPS), cujo eixo organizativo está fundamentado no associativismo, cooperativismo e autogestão. Os princípios norteadores do projeto envolvem ainda o desenvolvimento sustentável rural, a agroecologia, a educação e a participação, o fortalecimento da agricultura familiar e da agroindústria familiar, a comercialização direta, a trabalho e a geração de renda.

Essa iniciativa de 15 anos de evolução alcançou importantes resultados, como: o envolvimento de outras dioceses regionais (Cachoeiro do Sul, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e Cruz Alta) de universidades (Universidade Federal de Santa Maria) e de outras 170 associações e organizações não-governamentais; a organização de seminários anuais envolvendo ex-fumicultores e outros atores sociais para discutir e desenvolver estratégias conjuntas para viabilizar atividades alternativas à cultura do fumo; a mobilização de apoio financeiro (obtido através da *Misereor* e da *Katolische Zentralstelle für Entwicklungshilfe*, organizações alemãs vinculadas à Igreja Católica); a articulação com organismos governamentais ligados à agricultura para obtenção de apoio técnico para os pequenos produtores; a viabilização da inserção de pequenos produtores em diversos programas de crédito subsidiados pelo governo do estado do RS, tais como o Programa da Agroindústria Familiar, o Programa do Crédito Assistido, o Programa de Economia Popular

Solidária, o Banco do Povo e a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar; a inserção do tema cultura alternativa à fumicultura na Escola de Jovens Produtores Rurais; a criação de uma rede para comercialização da produção envolvendo 38 pontos articulados em 30 municípios da região e um terminal de comercialização direta do produtor; a organização de feiras coloniais semanais, onde a produção é comercializada; a criação de uma associação de cooperativas de pequenos produtores rurais e urbanos; e, o beneficiamento de 3,4 mil famílias e um total de 15 mil pessoas em 30 municípios da região.

Em 2002, o INCA realizou uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório buscando verificar a rede de apoio social e econômico fornecida pelo Projeto. Para esse fim foram realizadas entrevistas com lideranças locais do Projeto e com ex-fumicultores. O foco desta pesquisa concentrou-se nos motivos alegados para a busca de alternativas ao cultivo de fumo, a renda obtida com o fumo comparada com a da nova atividade e as principais dificuldades do processo de substituição (Brasil/Ministério da Saúde/INCA, 2002).

Os resultados verificados pelo INCA sugerem que os principais motivos que levaram os fumicultores à busca de outras atividades em substituição à cultura do fumo foram: a percepção negativa que os fumicultores tinham em relação à dependência econômica da indústria do tabaco e os constantes problemas de saúde observados tanto nos fumicultores, quanto em seus familiares devido à utilização de agrotóxicos e à intoxicação pela nicotina presente na folha de tabaco verde.

Já as principais dificuldades relatadas no processo de substituição foram: a dificuldade de acesso aos créditos agrícolas para ampliar a nova produção/atividade, a ausência de uma assistência técnica mais ativa, como nos moldes adotados pela indústria do tabaco, e a ampliação da rede de escoamento e comercialização dos novos produtos.

Os agricultores entrevistados adotaram a produção orgânica e agroecológica de feijão, milho e outros produtos alimentícios e atividades como a suinocultura e a piscicultura. Em relação à renda obtida com a nova atividade, todos afirmaram que a renda é igual ou maior que a obtida com a fumicultura. Apesar dos resultados verificados nesta pesquisa, é necessário aprofundá-la a partir da utilização de uma metodologia de caráter quantitativo.

É importante ressaltar que graças à rede social e econômica estruturada pelo Projeto Esperança/Coesperança, os empregos foram mantidos na região de Santa Maria. Entretanto, para que iniciativas como essa dêem certo e sejam ampliadas, é preciso viabilizar parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais. Nesse sentido, a manutenção do nível de emprego da região, que está

focada especialmente na produção agrícola, deve ser garantida através de um processo organizado e estruturado de diversificação de culturas, a partir do suporte técnico, financeiro e de mecanismos que viabilizem a comercialização dos produtos.

Uma outra experiência positiva de substituição da cultura do fumo por outras atividades pode ser encontrada no município de Schroeder, localizado no nordeste do estado de SC na microrregião de Joinville, tendo uma área de 149,5Km² de território, com aproximadamente 10 mil habitantes. Sua principal atividade econômica ainda é a agricultura, destacando-se a produção de bananas, mas com uma previsão de crescimento industrial considerável. Segundo relato de autoridades locais, o fumo era a principal atividade agrícola da região há cerca de 12 anos. Hoje, a bananicultura é a principal atividade agroindustrial e faz parte de uma iniciativa histórica no município que optou por esta cultura em substituição ao fumo. Atualmente, Schroeder possui uma atividade agro-exportadora de significativa importância para a manutenção de elevados níveis sócio-econômicos.

O uso de pesticidas na cultura do tabaco e os riscos para a saúde dos produtores

Uma das principais causas de insatisfação e de busca por alternativas entre os fumicultores refere-se à percepção que possuem dos riscos a que se submetem devido à intoxicação por uso de agrotóxicos. Estudos realizados nas regiões fumicultoras do Brasil têm demonstrado uma forte associação entre o aparecimento de problemas de saúde em agricultores e cultivo de tabaco, gerados pela utilização de agrotóxicos e pelas condições de trabalho que influenciam negativamente o estado bio-psíquico dos fumicultores e de suas famílias (Falk *et al.*, 1996; Erdmann & Pinheiro, 1998; *Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001; Etges *et al.*, 2001; Fialho, 2001).

Para garantir uma folha de boa qualidade, a produção de tabaco requer o uso intensivo de agrotóxicos. O uso de pesticidas em escala tem provocado danos à saúde dos agricultores e de suas famílias, como intoxicações agudas e incapacidade para o trabalho, danos ao ecossistema com a contaminação do solo, de alimentos, da fauna e dos rios.

Instruções dadas pela British American Tobacco (BAT) recomendam que os agricultores façam 16 diferentes tipos de aplicação de pesticidas durante três meses antes da transferência da semente para o campo. Existe uma série de relatos sobre agravos e mesmo mortes relacionadas a envenenamento por pesticidas (*Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001).

No Brasil, em 1999, foram registrados, 4 135 casos de intoxicação humana por agrotóxicos na agricultura, que provocou cerca de 140 óbitos. Dos casos registrados 1487 aconteceram na Região Sul (Brasil/Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2000).

Cabe ressaltar que os dados oficiais de envenenamento por agrotóxicos, em muitos países em desenvolvimento, provavelmente, subestimam a incidência dos mesmos devido à carência de médicos nas áreas rurais e também pelo fato de que muitos profissionais de saúde não noticiam os casos de envenenamento por agrotóxicos que presenciam.

No início dos anos 90, os produtores de fumo brasileiros aplicavam entre 5,5 a 6 kg de defensivos agrícolas por hectare. Atualmente, a média é de 2,2 kg/ha. Apesar de se verificar tal redução, a quantidade de produtos disponíveis para a comercialização é ainda elevada (DESER, 2003a).

Um total de 65 produtos entre inseticidas, herbicidas e fungicidas está liberado para uso e comercialização na cultura do tabaco. A maior parte desses produtos pertence às classes toxicológicas I e II e são considerados extremamente tóxicos e altamente tóxicos, respectivamente, podendo trazer sérios danos à saúde. A maioria desses agrotóxicos pertence a três grupos químicos: organofosforados, carbamatos e piretróides. Os organofosforados e os carbamatos são poderosos inibidores da colinesterases (enzimas fundamentais para o sistema nervoso), podendo ser absorvidos pela pele, por ingestão ou inalação (DESER, 2003a).

Os organofosforados causam basicamente três tipos de seqüelas neurológicas, após uma intoxicação aguda ou devido às exposições crônicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais. A polineuropatia inclui fraqueza progressiva, perda de coordenação nas pernas, podendo evoluir até a paralisia. Os principais sintomas da síndrome intermediária são a diarreia intensa e a paralisia dos músculos do pescoço, das pernas e da respiração que ocorrem de forma aguda, podendo levar ao óbito. Dentre os efeitos comportamentais destacam-se: insônia, sono conturbado, ansiedade, retardo de reações, dificuldade de concentração e uma variedade de seqüelas psiquiátricas como apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia.

A aplicação de agrotóxicos na lavoura do fumo envolve toda a família do fumicultor e repete-se ano após ano. No mês de abril são usados fertilizantes para preparação do plantio e nos meses de maio e junho inicia-se o preparo da sementeira com o uso de brometo de metila para esterilização do solo. Vale salientar que o brometo de metila foi banido da agricultura do mundo, pois contribui para destruir a camada de ozônio. Também são usados um herbicida, um inseticida e aplicado um fungicida de cinco a seis vezes. O

transplante das mudas é feito em julho e agosto e, periodicamente, são aplicados inseticidas, fungicidas dentre outros tipos de produtos.

De outubro a dezembro ocorre a fase de uso mais intenso de agrotóxicos, principalmente, os organofosforados e os carbamatos. A colheita ocorre em dezembro e janeiro, na qual toda a família é envolvida, inclusive crianças (Falk *et al.*, 1996).

Um levantamento realizado entre fumicultores na região Sul do Brasil concluiu que 55% destes não usam roupas de proteção, tais como máscaras, luvas e botas. Os agricultores justificam-se fazendo menção aos altos custos dos equipamentos e ao fato de que estes não são adequados ao clima tropical. Esse levantamento também concluiu que cerca de 48% dos familiares dos agricultores sofrem problemas de saúde associados ao uso de substâncias químicas, como dores de cabeça persistentes e vômitos e 42% conhecem alguém com defeitos físicos de nascença. O estudo revelou que aproximadamente 80% das famílias se desfazem dos resíduos inadequadamente, jogando os recipientes de agrotóxicos já utilizados nas florestas ou queimando-os (Campanha *for Tobacco Free Kids*, 2001). Vale salientar que muitos fumicultores mais idosos são de origem alemã e falam a maior parte do tempo em alemão, tendo dificuldades com a língua portuguesa. Muitos são analfabetos e muitos não têm o hábito de lerem os rótulos ou os receituários agrônômicos (Falk *et al.*, 1996).

Ainda em relação ao uso de agrotóxicos e seus efeitos sobre a saúde física e mental dos indivíduos, verifica-se, entre os fumicultores, um maior risco de desenvolver alterações neurocomportamentais as quais podem evoluir para um quadro de depressão e até de suicídio. Um estudo realizado em 1996 apresenta fortes indícios de uma relação entre a utilização de pesticidas organofosforados na fumicultura e o aumento das taxas de suicídio em Venâncio Aires, município localizado no RS e um dos maiores produtores de fumo em folha da região. Segundo esse estudo, este município apresenta coeficiente de mortalidade por suicídios bem maiores do que todo o estado do RS. Observou também que a tendência dos índices de suicídios no município é crescente enquanto que no RS é decrescente. Uma das observações mais marcantes desse estudo é que mais de 80% dos suicídios no município ocorrem em pessoas que lidam com a agricultura. O estudo também aponta o fato de que em 1995, o coeficiente de suicídio quase que duplicou em relação aos dois anos anteriores, paralelamente à intensificação do uso de agrotóxicos na lavoura do fumo, que passou dos habituais 50 a 60 kg por hectare para cerca de 100 kg por hectare, uma vez que naquele ano houve um excessivo número de pragas em consequência da seca e de outros fatores. Nesse ano o coeficiente de suicídio

de Venâncio Aires atingiu números comparáveis mundialmente, perdendo apenas para a Hungria (Falk *et al.*, 1996)¹⁰.

Outros estudos levantam a hipótese de que sintomas neurológicos entre fumicultores também podem ser decorrentes de intoxicações agudas ou crônicas tanto por fungicidas que contêm manganês, que também são usados na lavoura do fumo (Revista Galileu, agosto de 2000). Pesquisa realizada por Etges *et al.* (2001), na região de Santa Cruz do Sul, detectou níveis de manganês muito acima dos descritos na literatura médica em pessoas das famílias de fumicultores investigadas. Intoxicações por esse metal podem causar tremores e outros sintomas semelhante ao mal de Parkinson, pois o manganês atua diretamente no sistema nervoso central. Esse pesquisa, realizada entre 315 fumicultores, constatou altos índices de morbidade psiquiátrica (44%), ansiedade (65%) e de pessoas que dizem sofrer dos “nervos” (25%). Segundo o estudo, a ansiedade e a morbidade psiquiátrica são mais elevadas do que as registradas em outros estudos na zona urbana

Outra pesquisa procurou analisar, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, a articulação entre saúde, trabalho e objetividade, no cenário dos agricultores familiares de fumo em Santa Cruz do Sul (RS). Foram investigados os impactos produzidos à saúde psíquica decorrentes das condições e da organização do trabalho a que estão submetidos os agricultores (Fialho, 2003). Este estudo originou-se da pesquisa conduzida por Etges *et al.* (2001) que apontou, como um dos resultados, um índice representativo de "prováveis" casos de depressão, de ansiedade e de morbidade psiquiátrica nas/os agricultoras/es ao relatarem que seu cotidiano é de intenso sofrimento.

A pesquisa concluiu que, para a maioria das/os agricultoras/es, o trabalho representa a exaustão, a repetição desgastante, e é apontado como responsável pelos agravos ao corpo e aos "nervos". Além disso, as expectativas que apresentam em relação ao futuro estão diretamente associadas ao desejo de abandonarem o trabalho na lavoura de fumo.

Doença do tabaco verde

Ao contrário de muitas plantações de alimentos, lidar com a folha do tabaco pode ser tóxico para os trabalhadores. A nicotina, o ingrediente ativo nos cigarros, é tão potente que tem sido usada como um pesticida e um inseticida desde 1763.

¹⁰ Essas evidências tão gritantes foram inclusive mostradas em um dos programas de televisão mais importantes Do Brasil o “Globo Repórter” em 03/11/1995.

A doença do tabaco verde é uma doença ocupacional encontrada entre trabalhadores que lidam com tabaco. Ela é causada pela absorção, através da pele, da nicotina proveniente do contato com as folhas de tabaco. A doença da folha verde é caracterizada por sintomas que incluem náusea, vômito, fraqueza, dor de cabeça, tonteira, dores abdominais e dificuldade para respirar, assim como flutuações na pressão sanguínea. Agricultores e profissionais de saúde muitas vezes confundem estes sintomas com cansaço ou envenenamento por agrotóxicos principalmente se estes tiverem sido aplicados recentemente nas plantações (*Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001).

Trabalho infantil na lavoura

É importante salientar que o SIPF não abarca somente os aspectos econômico e financeiro do complexo agro-industrial, mas atua na manutenção e reforço da ideologia que apela para a valorização cultural da plantação de fumo pautada pela tradição familiar do trabalho. Um exemplo de como ocorre o fortalecimento dessa ideologia é evidente através da pesquisa realizada por Hoezel (2000), no município de Santa Cruz do Sul, que analisou as relações do modelo econômico regional, a ideologia que o sustenta e a prática de políticas públicas voltadas para a infância e a juventude. Conforme a autora, impregnada de uma conotação cultural-valorativa, a manutenção do trabalho infanto-juvenil é reforçada através da ideologia das agroindústrias do fumo e da dependência econômico-financeira dos produtores rurais, bem como da insuficiente e inadequada rede de serviços públicos existentes na zona rural, principalmente na área da educação. A participação ativa de crianças e adolescentes nas etapas do processo do plantio de fumo se, por um lado, visa assegurar o aumento da renda familiar, por outro, penaliza aqueles em diversas áreas do seu desenvolvimento bio-psico-sócio-cultural.

Além desse aspecto, embora hoje exista uma campanha de erradicação do trabalho infantil promovido pelas companhias de tabaco, grande parte dos agricultores familiares que cultivam tabaco não tem condições financeiras de contratar mão de obra, de forma que se torna inviável garantir o sustento da família se os filhos não participarem do trabalho. Dessa forma acredita-se que o trabalho infantil na lavoura do fumo só poderá ser erradicado através da melhor remuneração dos agricultores, de forma que possam contratar serviços temporários sempre que necessário e assim garantir o sustento e a qualidade de vida de sua família (DESER, 2003c).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a progressiva expansão do consumo de tabaco, principalmente nos países em desenvolvimento, levou mais de 190 países membros da OMS a proporem durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde (AMS) a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Com o objetivo de unir esforços para a adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão global do consumo de tabaco e de suas conseqüências deletérias, os países negociaram as bases desse tratado durante 4 anos, tendo seu texto final sido adotado por consenso em maio de 2003 pela 56ª AMS.

O reconhecimento de que os efeitos da expansão do consumo de tabaco agrava as desigualdades sociais e compromete o desenvolvimento sustentável perpassa o texto da Convenção Quadro que inclui dentre as justificativas para as ações propostas aos países signatários, a preocupação com o ônus que o consumo e a produção mundial de tabaco impõem aos segmentos economicamente menos favorecidos e aos sistemas nacionais de saúde:

“As Partes dessa Convenção:

:... Seriamente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente em países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde”.(Trecho extraído do Preâmbulo da Convenção Quadro para Controle do Tabaco - Preâmbulo).

INGLÊS: “The Parties to this Convention, *Seriously concerned* about the increase in the worldwide consumption and production of cigarettes and other tobacco products, particularly in developing countries, as well as about the burden this places on families, on the poor, and on national health systems (*Part of Preamble - Framework Convention on Tobacco Control*).

ESPAHOL: Las Partes en el presente Convenio *Seriamente preocupadas* por el aumento del consumo y de la producción de cigarrillos y otros productos de tabaco en el mundo entero, particularmente en los países en desarrollo, y por la carga que ello impone en las familias, los pobres y en los sistemas nacionales de salud (*Preámbulo - Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco*).

O Governo Brasileiro tem como um de seus maiores focos de atuação, a redução da desigualdade através da prioridade dada as atividades do Programa Fome Zero. Este Programa foi concebido para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros. De acordo com os princípios do Fome Zero, segurança alimentar significa conceder às famílias brasileiras condições para se alimentarem dignamente.

No Brasil, conforme diferentes autores apontam, a fome e a insegurança alimentar não são causadas pela falta de alimentos, mas pela falta de dinheiro para a compra dos mesmos. A fome e a pobreza formam um ciclo vicioso no qual uma é simultaneamente conseqüência da outra (Brasil/ Ministério da Saúde/ Fiocruz/Radis, 2003). O mesmo pode-se dizer sobre a relação entre o consumo de tabaco e pobreza, já que o primeiro é importante fator do segundo e pelo fato de pessoas de baixa renda e escolaridade serem o principal alvo dos apelos enganosos das estratégias para ampliar o consumo de tabaco.

A pesquisa que serviu de base para a elaboração do Programa Fome Zero, no âmbito do Governo Federal, estimou como público beneficiário do mesmo cerca de 44 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 9 milhões de famílias. Isso significa cerca de 21,9% das famílias brasileiras e 27,8% da população total do Brasil. No que se refere à educação, a pesquisa também estimou que 34,4% dos chefes de famílias pobres nunca freqüentaram a escola ou não chegaram a completar a primeira série do ensino fundamental; 24,6% só completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental (até a quarta série) e 36,3% conseguiram cursar o ensino fundamental completo. Isso significa dizer que 95,3% dos chefes de família pobres têm no máximo o primeiro grau completo (Brasil/ Ministério da Saúde/ Fiocruz/Radis,2003).

Essas pessoas são o alvo preferencial das estratégias de expansão do consumo dos produtos de tabaco, utilizadas pelas companhias de tabaco no Brasil. Essas estratégias envolvem propagandas que ao apresentarem imagens repletas de mensagens subliminares que associam o produto ao sucesso, à beleza, à riqueza e ao bem-estar, exploram os sonhos e desejos de auto-imagem e de modos de vida ideais dessas pessoas. E, tais estratégias quando associadas aos movimentos de mercado e políticos que garantem o baixo preço e o fácil acesso aos produtos, fazem das populações de baixa renda e de menor escolaridade, os alvos mais vulneráveis aos apelos do consumo (World Bank, 1999).

Segundo estudo realizado por Barros *et al.* (2001), a origem da pobreza no Brasil não está na escassez absoluta ou relativa de recursos, mas no enorme grau de desigualdade na distribuição de renda estável nas duas últimas décadas. O Brasil é um dos países com maior grau de desigualdade, com a renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda dos 40% mais pobres.

Nesse sentido, o Programa Fome Zero busca interferir na desigualdade social agindo diretamente sobre as causas profundas da fome e da pobreza, através da formulação de políticas estruturais que envolvem:

- Geração de Emprego e Renda
- Acesso à saúde e à educação
- Previdência Social Universal

- Incentivo à agricultura familiar
- Intensificação da Reforma Agrária
- Programas Bolsa Escola e Renda Mínima
- Segurança e qualidade dos alimentos.

Considerando as políticas estruturais do Fome Zero, pode-se enxergar que os diferentes aspectos relacionados ao controle do tabaco perpassam quase todas diferentes dimensões das mesmas:

- O consumo de tabaco em ambientes de trabalho é hoje considerado um risco ocupacional, pois estende aos não fumantes que convivem com a poluição ambiental causada pela fumaça do tabaco nos seus ambientes de trabalho, os riscos de doenças graves e fatais bastante comuns entre os fumantes. Além disso, as graves doenças tabaco relacionadas são responsáveis por aposentadorias precoces e elevados índices de absenteísmo devido a doenças; (WORLD HEALTH ORGANIZATION/TOBACCO FREE INITIATIVE, 2004)
- O consumo de tabaco impõe ao já sobrecarregado sistema de saúde doenças altamente evitáveis que poderiam não existir se as pessoas não fumassem.
- Ao suprimir importante parte da renda familiar para a compra de cigarros e outros produtos do tabaco, a dependência de tabaco de um ou mais membros de uma família reduz o acesso desta à alimentos e à outros itens de necessidades básicas.
- A utilização de recursos públicos para produção de tabaco compete com a sua utilização para produção de alimentos.
- Mulheres desnutridas geram crianças desnutridas que são mais vulneráveis a doenças e até mesmo a morte prematura. Crianças desnutridas terão mais dificuldade de aprendizado e futuramente, menos chance em um mercado de trabalho cada vez mais exigente (Brasil/ Ministério da Saúde/ Fiocruz/Radis,2003). Fazendo um paralelo com esses dados, mulheres fumantes geram crianças de baixo peso que também são mais suscetíveis a doenças e a mortes prematuras. Além disso, filhos de mulheres que fumaram durante a gravidez têm mais problemas comportamentais e dificuldades no crescimento e desenvolvimento, o que futuramente pode implicar em menos chances profissionais (*British Medical Association*, 2004).

Dessa forma, pode-se considerar seguramente que a dependência gerada pelo consumo de tabaco representa um dos fatores agravantes das desigualdades sociais no Brasil, ao subtrair uma significativa parcela da renda

familiar, tanto para a compra de cigarros e outros derivados, como para futuras despesas com o tratamento de doenças tabaco-relacionadas.

Da mesma forma que o consumo, a produção de tabaco e todo o seu cortejo de riscos também vêm sendo transferidos para os países pobres, com o objetivo de obtenção de custos de produção cada vez menores. Entre 1975 e 1997, a produção de tabaco no mundo cresceu 59%, sendo que a maior parte desse aumento aconteceu em países em desenvolvimento, onde a produção cresceu em 128%, ao mesmo tempo em que a produção em países desenvolvidos caiu 31% (*Campaign for Tobacco Free Kids*, 2001).

Por isso, além da preocupação com o consumo, perpassam o texto dessa Convenção, preocupações com os riscos da produção e com o futuro dos que hoje dependem da produção do tabaco, expressas no seu Artigo 17 “*Apoio às atividades alternativas economicamente viáveis*” e no seu Artigo 18 “*Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas*”.

Segundo o Artigo 17 - *Apoio às atividades alternativas economicamente viáveis*:

“As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.

INGLÊS: Article 17 - Provision of support for economically viable alternative activities

“Parties shall, in cooperation with each other and with competent international and regional intergovernmental organizations, promote, as appropriate, economically viable alternatives for tobacco workers, growers and, as the case may be, individual sellers.”

ESPAÑHOL: Artículo 17 - Apoyo a actividades alternativas económicamente viables

Las Partes, en cooperación entre sí y con las organizaciones intergubernamentales internacionales y regionales competentes, promoverán según proceda alternativas económicamente viables para los trabajadores, los cultivadores y eventualmente, los pequeños vendedores de tabaco.

Segundo o Artigo 18 - *Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas*:

“Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente”.

INGLÊS: Article 18 - Protection of the environment and the health of persons

In carrying out their obligations under this Convention, the Parties agree to have due regard to the protection of the environment and the health of persons in relation to the environment in respect of tobacco cultivation and manufacture within their respective territories.

ESPAÑHOL: Artículo 18 - Protección del medio ambiente y de la salud de las personas

En cumplimiento de sus obligaciones establecidas en el presente Convenio, las Partes acuerdan prestar debida atención a la protección ambiental y a la salud de las personas en relación con el medio ambiente por lo que respecta al cultivo de tabaco y a la fabricación de productos de tabaco, en sus respectivos territorios.

Nesse contexto, considerando que uma das mais importantes estratégias para expansão do mercado, sobretudo nas populações de baixa renda é a manutenção dos baixos preços dos produtos, fecha-se aqui um ciclo importante que alimenta a relação entre tabaco e pobreza no consumo e na produção. Os reduzidos preços dos derivados do tabaco só são possíveis devido aos baixos custos da produção, que por sua vez dependem na sua maior parte de um baixo custo de mão de obra na fase agrícola da produção, o elo da cadeia produtiva que mais tem sofrido com os baixos rendimentos obtidos de uma atividade extremamente nociva para a saúde dos que nela trabalham e para o meio ambiente em que vivem.

Esse cenário mostra que as populações mais carentes e suas gerações futuras tendem a sofrer mais com os problemas decorrentes do consumo e da produção de tabaco. Para esse grupo, a saúde representa um importante e crucial problema econômico, pois a sua subsistência depende dela. Quando pessoas de baixa renda adoecem, toda a renda familiar fica comprometida com os altos custos do tratamento das doenças, principalmente as crônicas, gerando sofrimento, estresse e perda da qualidade de vida para toda a família.

O atual Governo Brasileiro, que tem na redução das desigualdades sociais um de seus maiores focos de atuação, ao investir de forma bastante incisiva em ações para controle do tabaco e, principalmente, ao criar em 2003 uma Comissão Nacional¹¹ de caráter interministerial para construir uma agenda de Estado com vistas à implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ), sinaliza, de forma ampla, o reconhecimento de que o consumo de tabaco aumenta as desigualdades sociais, sendo, portanto, incompatível com as suas propostas de desenvolvimento sustentável e de combate à pobreza.

E mais ainda, diante de uma ampla e rápida adesão às propostas da Convenção Quadro, a qual mais de 100 países já a assinaram, o Governo Brasileiro também tem tido a preocupação com o futuro e inevitável impacto dessa grande mobilização global sobre os que dependem da produção do tabaco para sobreviver no País. Embora se espere que o impacto da Convenção-Quadro seja gradativo no longo prazo, o Governo

11 Em agosto de 2003 foi criada por Decreto Presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ). Essa Comissão é integrada por representantes do Ministério da Saúde (Instituto Nacional de Câncer - INCA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Assessoria de Assuntos Internacionais - AAI), das Relações Exteriores, da Agricultura e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, das Comunicações e do Meio Ambiente. Seu objetivo é assessorar o Governo Brasileiro nas decisões relativas à formulação da política nacional para ratificação da Convenção Quadro e no efetivo cumprimento das obrigações previstas nela, assim como articular a organização e a implementação da agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações previstas na Convenção.

Brasileiro já tem se antecipado e procurado levar esse tema para discussão no âmbito da sua Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro (CONICQ), para busca de futuras soluções.

Logo, é um exemplo para o mundo, onde na conjuntura atual nenhum governo, seja ele de país desenvolvido, seja de país em desenvolvimento, pode mais ignorar que o controle do consumo do tabaco deve estar inserido na sua agenda para o desenvolvimento social.

5. BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL (Afubra), 2003. Acesso ao *site* <http://www.afubra.com.br>
- BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R., 2001. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, Texto para discussão N° 800, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- BECKER, G.S.; GROSMANN, M.; MURPHY, K.M.; 1994. An empirical analysis of cigarette addiction. *American Economic Review*, vol. 84, pp.396-418, June.
- BIOLCHI, MA. & OLIVEIRA, MA., 2004. A fumicultura no Brasil - Elementos para análise. Subsídios às discussões da Câmara Setorial do Fumo sobre a distribuição de renda no setor fumageiro. Porto Alegre, 03 de fevereiro.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE /INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA), 2003. Relatório Interno de Avaliação do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, Rio de Janeiro.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 2000. O Cigarro Brasileiro: Análises e Propostas para a Redução do Consumo. MS/INCA. Rio de Janeiro.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER, 1998. Falando sobre Tabagismo, 3ª edição, Rio de Janeiro.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2000. SINITOX. Estatística Anual dos Casos de Intoxicações e envenenamentos – Brasil 1999.
- BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, PROGRAMA FOME ZERO, 2004. Programa Fome Zero. Acessível em <http://WWW.fomezero.gov.br>.
- BRASIL/ MINISTÉRIO DA SAÚDE/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2003. *A fotografia da Fome*. Radis Comunicação em Saúde , nº 8, abril .
- BRITISH MEDICAL ASSOCIATION, 2004. Smoking and reproductive life. The impact of smoking on sexual, reproductive and child health. *Joint publication of the BMA Board of Science and Education & Tobacco Control Resource Centre*. Disponível para acesso no *site* [http:// www.tobacco-control.org](http://www.tobacco-control.org)

- BRSIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER 2002. Considerações sobre as culturas alternativas na região de Santa Maria/RS. Texto de Discussão Interna. Rio de Janeiro.
- CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS & ACTION ON SMOKING AND HEALTH (ASH) 2001. Trust us: We're the Tobacco Industry. London and Washington.
- CAMPAIGN FOR TOBACCO FREE KIDS, 2001. Golden Leaf. Barren Harvest. The Costs of Tobacco Farming. Washington DC, November.
- CAVALCANTE, T.; PINTO, M.; FISCH, M., 2003. Brazilian Illegal Cigarette Market: a public health hazard. Poster presentation in *12th World Conference Tobacco or Health Program*, Helsinki, Finland.
- CHALOUPKA, F.J.; 1991. Rational Addictive Behaviour and Cigarette Smoking. *Journal of Political Economy*, vol. 99, pp. 722-742, August.
- CINCIPRINI, P.M.; HECHT, S.S.; HENNINGFIELD, J.E. *et al.*, 1997. Tobacco Addiction: implications for treatment and cancer prevention. *Journal of the National Cancer Institute*, 89(24):1852-67.
- CORREIO DO POVO RURAL, 2004. Fumicultor é recebido pela indústria. 19 de fevereiro.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO- ECONÔMICOS RURAIS, 2003a. A Cadeia produtiva do Fumo. Contexto Rural /DESER, Ano III, no 4, dezembro.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO- EOCNÔMICOS RURAIS, 2002. Fumo: empresas pagam o que querem aos agricultores. Boletim DESER, nº 17, junho.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-EOCNÔMICOS RURAIS (DESER), 2003c. Ministério Público do Trabalho intervém nas ações da fumicultura no Paraná. Boletim do Deser. Conjuntura Agrícola. No. 134. Dezembro/2003.
- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-EOCNÔMICOS RURAIS, 2003b. Fumo - Análise da safra 2002-2003 e Perspectivas para 2003 – 2004. Boletim do Deser. Conjuntura Agrícola. No. 134, dezembro.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, 2004. Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Disponível em <http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.html>
- ERDMANN, C. A & PINHEIRO, S. (1998). Pesticides used on Tobacco crops in Southern Brazil. Draft submitted to publication.
- ETGES, B. I., 2000. Pequenas Agroindústrias Familiares de Conservas e Compotas: estudo de casos. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Mestre. Santa Cruz do Sul, RS.
- ETGES, V., 1989. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Dissertação de Mestrado apresentada à USP para a obtenção do título de Mestre. Santa Cruz do Sul, RS.
- ETGES, V.E., FERREIRA, M., CAMARGO, M.E. *et al* (2002). O Impacto da Cultura do Tabaco no Ecosistema e na Saúde Humana na Região de Santa Cruz do Sul/RS. – Relatório preliminar.

- EUROPEAN COMMISSION, 2003. Tobacco Control in European Commission (EC) Development Policy – A background paper for the high Level Round Table on Tobacco Control and Development Policy, Brussels, 3-4 February 2003.
- FALK, J.W.; CARVALHO, L.A .; SILVA, L.R.; PINHEIRO, S.; 1996. Suicídio e Doença Mental em Venâncio Aires – RS: Conseqüência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? Relatório Preliminar de Pesquisa. Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- FIALHO, R. R., 2000. Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura do fumo em relação ao trabalho. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Mestre.
- FIGUEIREDO, V. C., SZKLO, M., LOZANA, J. A., CASADO, L., FERNANDES, E. M.(2002) Perfil do Tabagismo na População de 15 Anos ou mais do Município do Rio de Janeiro em 2001- Instituto Nacional de Câncer/Coordenação de Prevenção e Vigilância/Divisão de Epidemiologia. Apresentação oral durante o V Congresso Brasileiro de Epidemiologia – 2002 - Curitiba /Paraná.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2003 – Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010 - Rome 2003
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2003. Estatísticas FEE. Informações acessadas no *site* <http://www.fee.rs.gov.br/>
- GUINDON, E., TOBIN, D., YACH, D., 2002. Trends and affordability of cigarette prices: ample room for tax increases and related health gains, *Tobacco Control*, 11:35–43, september.
- HOELZEL, F., 2000. O trabalho precoce e projetos de vida: um estudo em crianças e adolescentes do meio rural de Santa Cruz do Sul. *Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Mestre.* Santa Cruz do Sul, RS.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/Pesquisa de Orçamentos Familiares - 1996/1997. Acesso disponível em <http://www.ibge.gov.br> .
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Coordenação de Prevenção e Vigilância do Câncer. **31 maio**: dia mundial sem tabaco. Rio de Janeiro: INCA, 2002. 21 diapositivos: color. PowerPoint 7.0.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2004. Employment trends in the tobacco sector: Challenges and prospects - Report for discussion at the Tripartite Meeting on the Future of Employment in the Tobacco Sector, Geneva.

- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2004. Employment trends in the tobacco sector: Challenges and prospects - Report for discussion at the Tripartite Meeting on the Future of Employment in the Tobacco Sector, Geneva.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) & WHO (2001.). Poverty and Health (Draft) - reference document published by Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) and WHO.
- PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2002. A Transformação pela Solidariedade. Santa Maria, RS.
- REVISTA GALILEU, 2002. A última colheita. Acessível em <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT351671-1706,00.html>
- VARGAS, MA; FILHO, N.S; ALIEVI, R.J.,1998. Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: Complexo agro-industrial fumageiro. Nota técnica nº30/99- IE/UFRJ
- VOGT, OP., 1994 Fumicultura. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul.
- WORLD BANK , 2003. Tobacco & Health in the Developing World. A Background Paper for the High Level Round Table On Tobacco Control and Development Policy. Organized by the European Commission in collaboration with the World Health Organization and the World Bank, Brussels, February.
- WORLD BANK, 1999. Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control. Washington, DC.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/TOBACCO FREE INITIATIVE, 2001. Confronting Tobacco Epidemic in an Era of Trade Liberalization.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/TOBACCO FREE INITIATIVE, 2001. Tobacco in China. Discussion paper. International Meeting on Economics, Social and Health Issues in Tobacco Control, Kobe.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/TOBACCO FREE INITIATIVE, 2004. Acessível no site http://www.who.int/tobacco/areas/research/secondhand_smoke/en/
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/TOBACCO FREE INITIATIVE, 2004. Why is tobacco a public health priority? Acessível no site <http://www.who.int/tobacco>